



---

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**KAROLAINÉ VITÓRIA CARDOSO**

**O SURDO NA ESCOLA REGULAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A  
ALFABETIZAÇÃO FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DO  
ENSINO APRENDIZAGEM**

---

Apucarana  
2021

KAROLAINÉ VITÓRIA CARDOSO

**O SURDO NA ESCOLA REGULAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A  
ALFABETIZAÇÃO FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DO  
ENSINO APRENDIZAGEM**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>.Ms. Gabriela da Silva Saccheli.

KAROLAINÉ VITÓRIA CARDOSO

**O SURDO NA ESCOLA REGULAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A  
ALFABETIZAÇÃO FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO  
APRENDIZAGEM**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, com nota final igual a \_\_\_\_\_, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Gabriela da Silva Saccheli  
Faculdade de Apucarana

---

Prof  
Faculdade de Apucarana

---

Prof  
Faculdade de Apucarana

Apucarana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

*A Deus pela oportunidade de viver e  
crescer...*

*Aos meus pais pelo carinho e apoio,  
sempre...*

## **AGRADECIMENTOS**

Louvo a Deus, pela minha vida, por ter me dado forças para lutar e ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Agradeço em especial aos meus pais Érica Aparecida de Oliveira minha mãe e Nelson Lopes Cardoso meu pai, essa não é uma conquista só minha e sim nossa, se não fosse o incentivo, as palavras de carinho, cuidado e amor eu jamais teria chegado até aqui.

Sou grata a Franciele Folk, uma amiga muito querida que conquistasse ao longo da minha jornada acadêmica e foi um anjo enviado por Deus para me ajudar, me incentivar e segurar minha mão na realização deste trabalho.

Reconheço todo o esforço da professora Gabriela da Silva Saccheli que gentilmente aceitou me orientar nessa caminhada me auxiliado em todos os momentos em que foi solicitada, sempre disposta e muito atenciosa a cada detalhe, com um olhar respeitoso e carinhoso tornando - se uma amiga.

Não poderia deixar de retribuir todo o conhecimento e aprendizagem transmitida pelos professores da FAP, Faculdade de Apucarana, todos que fizeram parte da minha jornada até aqui, sem vocês eu jamais seria a pessoa que sou hoje e a profissional que acabo de me tornar, a vocês gratidão.

Agradeço também a todos os amigos, familiares, e professores que participaram deste projeto desde o começo da minha formação.

Por fim não poderia deixar de agradecer aos meus familiares e amigos que de maneira geral sempre esteve interligado nessa realização.

*“SORTE é aquilo que acontece quando o  
preparo se encontra com a oportunidade”*

***Elmer Letterman***

CARDOSO, Karolaine Vitória. **O surdo na escola regular: contribuições para a alfabetização favorável ao desenvolvimento do ensino aprendizagem.** 41p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Graduação em Pedagogia. Faculdade de Apucarana– FAP. Apucarana-Pr. 2021.

## **RESUMO**

O presente trabalho é voltado à inclusão do surdo na escola regular: possibilidades para a alfabetização favorável ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Compreender o desenvolvimento do ensino e aprendizagem que o professor dos anos iniciais pode enfrentar para alfabetizar e para incluir o aluno surdo na fase de alfabetização no Ensino Regular. Quais as possibilidades que os professores podem utilizar para alfabetizar o discente surdo para a eficácia do ensino aprendido? Esse estudo foi possível a partir da fundamentação teórica, na qual houve um aprofundamento em relação à materiais disponíveis nas bases de dados, a alfabetização e a explanação do sujeito de pesquisa pela perspectiva das legislações educacionais. Os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa e a definem como pesquisa bibliográfica, com levantamento de autores que versam sobre a temática.

**Palavras-chave:** Alfabetização de surdos. Ensino Regular. Surdo. Inclusão.

CARDOSO, Karolaine Vitória. **The deaf in regular schools: methodological possibilities for literacy favorable to the development of teaching and learning.** 41p. Course Conclusion Paper (Monograph). Graduation in Pedagogy. Faculty of Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2021.

### **ABSTRACT**

The present work aims at the deaf in the regular school: methodological possibilities for a literacy favorable to the development of the teaching learning. what are the possible methodologies that the teacher can use to literate deaf students for the effectiveness of teaching and learning? This study was possible from the theoretical foundation, in which there was a deepening in relation to the materials available in the databases, literacy and the explanation of the research subject from the perspective of educational legislation. The methodological procedures that guided the research and defined it as bibliographic research, with a survey of authors dealing with the theme.

**Keywords:** Literacy of deaf people. Regular education. Deaf. Inclusion.



## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Alfabeto em datilologia..... | 25 |
| Figura 2 – Numerais em libras.....      | 26 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Pesquisas sobre a temática..... | 15 |
| Quadro 2 – Acessibilidades.....            | 31 |

## LISTA DE SIGLAS

|         |  |
|---------|--|
| ABNT    | Associação Brasileira de Normas Técnicas                 |
| BNCC    | Base Nacional Comum Curricular                           |
| EST     | Escola Superior de Teologia Rio Grande do Sul            |
| FAP     | Faculdade de Apucarana                                   |
| IES     | Instituição de Ensino Superior                           |
| INES    | Instituto Nacional de Educação de Surdos                 |
| LDB     | Leis de Diretrizes e Base                                |
| LIBRAS  | Língua Brasileira de Sinais                              |
| PUC     | Pontifícia Universidade Católica                         |
| REVELLI | Revista de Educação de Linguagem e Literatura            |
| UAB     | Universidade Aberta do Brasil                            |
| UFPR    | Universidade Federal do Paraná                           |
| UFSCar  | Universidade Federal de São Carlos                       |
| UFVJM   | Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri |
| UFVSF   | Universidade Federal Vale São Francisco                  |
| UFES    | Universidade Federal Espírito Santo                      |
| UNESP   | Universidade Estadual Paulista                           |

## SUMÁRIO

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                               | <b>12</b> |
| <b>2</b>     | <b>PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>                     | <b>13</b> |
| <b>3</b>     | <b>OBJETIVOS.....</b>                                | <b>14</b> |
| <b>3.1</b>   | <b>Objetivo Geral.....</b>                           | <b>14</b> |
| <b>3.2</b>   | <b>Objetivos Específicos.....</b>                    | <b>14</b> |
| <b>4</b>     | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>                    | <b>15</b> |
| <b>4.1</b>   | <b>Estado da Arte .....</b>                          | <b>15</b> |
| <b>4.2</b>   | <b>História da Alfabetização de Surdos.....</b>      | <b>19</b> |
| <b>4.2.1</b> | <b>A Libras.....</b>                                 | <b>24</b> |
| <b>4.3</b>   | <b>Inclusão.....</b>                                 | <b>27</b> |
| <b>4.3.1</b> | <b>Políticas públicas para a criança surda .....</b> | <b>30</b> |
| <b>5</b>     | <b>METODOLOGIA.....</b>                              | <b>33</b> |
| <b>5.1</b>   | <b>Pesquisa Bibliográfica.....</b>                   | <b>33</b> |
| <b>6</b>     | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>                   | <b>35</b> |
| <b>7</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                     | <b>36</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                              | <b>37</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a alfabetização de crianças surdas e as possibilidades que o professor dos anos iniciais enfrenta para incluir esse aluno no sistema educacional. Temos como fundamento estudos realizados e publicados nas bases de dados que norteou nossa fundamentação teórica.

O tema dessa monografia foi pensado desde o princípio, antes mesmo de ingressar na faculdade, no curso formação de docentes em Marilândia do Sul-PR, tive o prazer de ser discente de uma professora encantadora chamada Josiane Cristina Bueno Bernardinelli, na qual ministrava aulas de Libras. A partir de suas aulas que eram incríveis e impecáveis, foi despertando cada vez mais o interesse e a vontade de aprender, a partir daí nasceu a paixão pelo tema. Entendo como muito viável para a sociedade atual, pois cada vez mais vem aumentando os índices de crianças surdas no mundo todo. Na maioria das vezes os professores não buscam se inteirar no processo de alfabetização de alunos surdos e acabam deixando apenas para os intérpretes e professores auxiliares e também por que faltam políticas públicas que respalde o professor.

A pesquisa tem como objetivo compreender os desafios que o professor, dos anos iniciais, enfrenta e as possíveis metodologias que podem ser desenvolvida para incluir o aluno surdo da fase de alfabetização no Ensino Regular. No intuito de problematizar quais as possíveis metodologias que o professor pode utilizar para alfabetizar o discente surdo para a eficácia do ensino aprendido?

O trabalho está organizado em seções, a primeira apresenta o estado da arte, com vários artigos relacionados ao tema pesquisado. O segundo aborda a alfabetização no Ensino Regular, a atual LDB de 1996, a BNCC de 2017 e as Diretrizes Educacionais de 2010.

A terceira seção descreve a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 e como o surdo é visto dentro do sistema de Ensino Regular, observando se as leis regentes estão de acordo com o processo de ensino/aprendizagem desse discente (BRASIL, 2015).

## **2 PROBLEMA DE PESQUISA**

Quais as possíveis estratégias os professores podem utilizar para desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem para ter uma alfabetização que garante o desenvolvimento do em relação ao discente surdo?

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- Aprofundar o conhecimento na base de dados sobre alunos surdos no Ensino Regular;
- Aprofundar o conhecimento na base de dados sobre alunos surdos no Ensino Regular;
- Refletir sobre as Leis e Diretrizes que norteiam a alfabetização, com ênfase na inclusão para o atendimento especializado da criança surda nessa etapa da Educação Básica;
- Analisar os dados coletados com base na fundamentação teórica, a fim de expor os desafios e possibilidades para alfabetizar o surdo.

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1 Estado da Arte

O estado da arte é uma sondagem de pesquisas realizadas sobre a temática para que possamos identificar como o tema vem sendo trabalhado nos últimos anos.

Foram pesquisados os *sites* de busca como: o *Google* acadêmico, *Scielo* e *Revistas Eletrônicas* entre os anos de 2003 a 2020 sobre as temáticas: Alfabetização, Crianças surdas, Metodologias, Inclusão e Identidade Surda. Os artigos foram organizados no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Pesquisas sobre a temática**

| Nº | Título do Artigo  | Autor (a)  | Instituição   |
|----|---|--|---|
| 1  | O aluno surdo no ensino regular e a escolaridade obrigatória  | Maria Aparecida Leite Soares   | PUC Campinas  |
| 2  | Alfabetização da criança surda no ensino fundamental numa perspectiva bilíngue  | Maria de Fatima do Nascimento Oliveira   | UAB Universidade Aberta do Brasil – Brasília            |
| 3  | Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios  | Sueli de Fátima Fernandes  | UFPR – Universidade Federal do Paraná                   |
| 4  | O processo de alfabetizar e letrar o aluno surdo  | Roziane Keila Grando MichellyRutte Ramos da Silva                                      | REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura   |
| 5  | O processo de alfabetização de surdos a partir de uma abordagem bilíngue: desafios para a aprendizagem da língua portuguesa | Dominique Galdine Silva<br>Maria Candida Soares Del-Masso<br>Andreia de Carvalho Lopes | UNESP – Universidade Estadual Paulista                  |
| 6  | Educação bilíngue de surdos e a possível contribuição da formação em pedagogia: desafios atuais                             | Bianca Salles Conceição<br>Vanessa Regina de Oliveira Martins                          | UFSCar – Universidade Federal de São Carlos             |
| 7  | O processo de alfabetização de surdos nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise sob a perspectiva de professores | Duanne Antunes Bomfim  | UFVJM – Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha |



|    |  |   |   |
|----|--|---|---|
| 8  | Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta                                     | Isaac Figueredo de Freitas                                      | Universidade Federal do Vale de São Francisco |
| 9  | Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo | Ednalva Gutierrez Rodrigues<br>Cláudia Maria Mendes Gontijo     | UFES – Universidade Federal do Espírito Santo |
| 10 | A educação do aluno surdo no Ensino Regular  | Terezinha de Jesus Martins de Sena<br>Maria Rita Paula da Silva | Escola Superior de Teologia – RS              |

Fonte: Organizado pela autora (2021).

O artigo um “O aluno surdo no ensino regular e a escolaridade obrigatória” de Soares (2012) refere-se a um artigo publicado pela PUC – Campinas, no intuito de demonstrar uma experiência de estudo e prática vivenciada pela autora Soares (2012). Teve por objetivo discutir a obrigatoriedade do aluno surdo frequentar o Ensino Regular, levando em consideração os conhecimentos e especialização tanto do professor do Ensino Regular quanto do professor do Ensino Especial. Esse estudo também possibilitou a construção de um novo teórico-prático para produzir novas práticas pedagógicas diferenciadas que até então eram aplicadas separadamente.

O segundo artigo “Alfabetização da criança surda no ensino fundamental numa perspectiva bilíngue” de Oliveira (2011) trata-se de uma monografia apresentada no programa de pós-graduação em processo de desenvolvimento humano e saúde. A intencionalidade foi de pesquisar sobre a alfabetização de crianças surdas na perspectiva bilíngue e como acontece a inclusão desses alunos no Ensino Regular, a fundamentação teórica visa esclarecer como essa alfabetização se caracteriza e como a inclusão se caracteriza ao longo dos anos. Oliveira (2011) vai deixar claro que a qualidade da formação dos professores e tradutores de LIBRAS contribuíram para realizar um bom trabalho pedagógico em sala de aula.

O terceiro “Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios” Fernandes (2003) é uma tese de doutorado apresentado pela UFPR Universidade Federal do Paraná na obtenção de título de doutor em Letras na área de concentração de Estudos Linguístico, a autora Fernandes (2003) apresentou um conjunto de estudos sobre a Educação bilíngue com o objetivo de

estabelecer redes discursivas mais ampla no diálogo com diversas áreas da Pedagogia e da Antropologia em um confronto envolvido em sua significação. O trabalho é dividido em duas partes, a primeira é contida por dois ensaios voltados para a análise crítica das bases epistemológicas, já a segunda visa às perspectivas metodológicas de português como segunda língua para o surdo, valendo-se de uma pesquisa de campo avançada com professores que trabalham em escolas regulares e especiais. Realizou também uma análise que revelou sobre as práticas na implementação do bilinguismo com ênfase na aquisição da língua de sinais como a primeira língua e o ensino/aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua.

O próximo artigo é “O processo de alfabetizar e letrar o aluno surdo” de Grando e Silva (2017) publicado na revista REVELLI é voltada para o processo de alfabetização e letramento de surdo no contexto bilíngue. As autoras Grando e Silva (2017) realizaram uma pesquisa qualitativa por meio de questionário e entrevistas semi-estruturadas. Os dados coletados demonstraram que alfabetizar e letrar o surdo exige uma grande demanda de conhecimento por parte do professor, preponderante que a língua de sinais e língua portuguesa escrita, mostrou ainda as práticas pedagógicas que se referem às práticas de letramento.

O artigo quinto tem como título “O processo de alfabetização de surdos a partir de uma abordagem bilíngue: desafios para a aprendizagem da língua portuguesa” de Silva, Del Masso e Lopes (2018) publicado na revista InFor, as salientaram que ao pensar em alfabetização de surdos, observaram que é um assunto desafiador, pois fazer com que a aquisição da LIBRAS seja adequada, crianças e jovens surdos tem de aprender a língua portuguesa na modalidade escrita. A pesquisa também visou um pequeno histórico da Educação de Surdos. O objetivo principal foi compreender o processo de alfabetização de surdos e como realizar na prática a partir da visão dos educadores da rede de ensino de São Paulo.

No artigo seis que tem como título “Educação bilíngue e a possível contribuição da formação em Pedagogia: desafios atuais” desenvolvida por Conceição e Martins (2016) apresentada pela UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro traz um recorte sobre a formação dos pedagogos e a proposta curricular. O objetivo foi verificar se essa proposta visa atender a formação para professores bilíngues nos anos iniciais. Analisou também a proposta curricular baseada na

reflexão do ensino aprendizagem para a atuação em salas de língua de instrução de LIBRAS. A pesquisa foi qualitativa, com investigação descritiva documental. Obteve como resultado que a formação de professores mantém a lógica da Educação Inclusiva.

O item de número sete “O processo de alfabetização de surdos nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise sob a perspectiva dos professores”, escrita por Bomfim (2017) desenvolvida pelo programa de Pós-Graduação da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri para a obtenção do título profissional de mestre. O trabalho teve por objetivo analisar na perspectiva de professores regentes no processo de alfabetização de alunos surdos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental incluso no sistema de Ensino Regular. Foi uma pesquisa de cunho qualitativo por meio de entrevistas individuais com nove professores que atuaram diretamente com alunos surdos que eram usuários da LIBRAS na fase de alfabetização. A conclusão foi que mesmo havendo fatores que dificultam esse campo, algumas variáveis facilitadoras podem tornar possível o desenvolvimento desses estudantes.

No oitavo item temos “Alfabetização de surdos: para além do alfa beta” desenvolvida por Freitas (2020) publicada na Revista de Educação pela UFVSV Universidade Federal do Vale São Francisco, Senhor do Bonfim, BA. O objetivo desse trabalho foi discutir teoricamente a alfabetização de surdos em duas vertentes a primeira é a alfabetização em LIBRAS por meio da escrita *SingWrintinge* a segunda a língua portuguesa pelo sistema alfabético – ortográfico latino. O trabalho defende ainda que a alfabetização do surdo em LIBRAS seja complementada também pela escrita de sinais e aponta as necessidades de políticas linguísticas para legitimar a proposta. Por fim, aos alfabetizadores de surdos que ensinam também a língua portuguesa como segunda língua e a primeira LIBRAS.

O item nono “Descentralização da Educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo” desenvolvido pela UFES Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, escrito por Rodrigues e Gotijo (2017) essa pesquisa teve por finalidade estudar a alfabetização do surdo no Espírito Santo, Brasil, durante os anos de 1950 a 1970. O objetivo geral foi de compreender a descentralização da educação/alfabetização de surdos no Brasil e como consequência a formação das primeiras classes de alfabetização de surdos, aborda ainda uma pesquisa histórica e

documental como análise central. Concluiu que a Campanha para a Educação do surdo Brasileiro foi fundamental para a viabilidade do projeto econômico e social que objetivava pela descentralização e escolarização do surdo a fim de garantir que o maior número de discentes surdos pudesse aprender a língua oficial do país. Isso viabilizou as condições concretas para a educação de um determinado grupo de pessoas que até então eram excluídas.

Por fim, no décimo item “A inclusão do aluno surdo no Ensino Regular”, escrito por Sena e Silva (2015) visa a compreensão de como ocorre a inclusão dos alunos surdos nas salas de aula do ensino regular. O desenvolvimento do ensino/aprendizagem, a aplicabilidade do currículo e estrutura física da escola para o acolhimento desse aluno, além das adaptações para a inclusão e a valorização da diversidade desses indivíduos dentro do contexto escolar. Segundo a pesquisa há um entrave para o sucesso da inclusão é a dificuldade de socialização provocada pela ausência de conhecimento por parte do professor e pela falta de comunicação dos alunos ouvintes com os surdos, foi possível observar também que muitos professores desconhecem a Libras.

## **4.2 História da Alfabetização de Surdos**

Desde os primórdios dos tempos, os surdos já eram discriminados por não falarem e passaram a ser estigmatizados por tal problema, equivalendo a um ser ignorante por não desenvolver as faculdades mentais e, comprometer assim, seu desenvolvimento cognitivo (MOURA, 2000).

Na Antiguidade, antes do Renascimento, os intérpretes raramente eram mencionados; uma possível causa para esse fato era a primazia dada ao texto escrito em relação à palavra oral. A posição social dos intérpretes pode também explicar sua omissão nos anais da história: híbridos étnicos e culturais, muitas vezes do sexo feminino, escravos ou membros de um grupo social desprezado, isto é, cristãos, armênios e judeus que viviam na Índia Britânica, esses intermediários não receberam nos registros históricos o tratamento devido (DELISLE;WOODSWORTH, 2003).

Com o descobrimento do Brasil em 1500, Pedro Álvares Cabral encontrou os primeiros habitantes dessa terra, os indígenas. No entanto, não há pesquisas dessa época contando como eram os índios surdos e a quantidade desses até meados de 1855 (GOLFELD, 1997).

Quando a Família Real volta para Portugal após a independência do Brasil, o Imperador D. Pedro II, que ficou como substituto de D. Pedro I até completar a maioridade fundou o primeiro Instituto para Surdos em 1856 no Rio de Janeiro, inspirado pelo francês Edward Huet (que era surdo) e que veio especialmente ao Brasil - a pedido do Imperador - para trabalhar na educação dos surdos brasileiros. (MOURA, 2000). A autora afirma que o francês Edward Huet foi considerado o primeiro educador surdo a introduzir a Língua de Sinais Francesa aqui no Brasil. (MOURA, 2000). Ele permaneceu no Instituto por quatro anos e mudou-se para o México, onde também fundou uma escola para surdos (MOURA, 2000).

Mazzota (2001) complementa que este instituto recebeu o nome de Instituto de Surdos - Mudos segundo a Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857. Em 1957 cem anos após sua fundação, pela Lei nº 3198, de 6 de julho, passaria a denominar-se como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A metodologia utilizada para o ensino das matérias básicas, português, matemática, história, geografia e a LOF (conhecida na época como linguagem articulada) (MOURA, 2000). A autora ainda salienta que a educação foi por meio da Língua de Sinais, aplicando-se esse mesmo método no INES.

A Declaração de Salamanca (1994) é a primeira que considera a questão linguística dos deficientes sensoriais, especificamente dos surdos e dos surdos-cegos. Ela assegura a importância das minorias linguísticas, particularmente, à Língua de Sinais, como meio de comunicação para os surdos e para aqueles deficientes que beneficiarem-se dela, mas que seja evidentemente a de seu país e de sua cultura. Aponta ainda, que uma educação mais apropriada para estes, seria a educação especial, ministrada em escolas especiais ou em classes de ensino comum, mas com apoio intermediário, ou seja, de um intérprete ou instrutor que as auxilie na apropriação da Língua de Sinais (DECLARAÇÃO SALAMANCA, 1994).

Rosa (2006) afirma que a Declaração de Salamanca foi o movimento de inclusão que teve como meta principal não deixar nenhum aluno fora do ensino

regular, desde o início da escolarização, propondo que a escola é quem deve se adaptar ao aluno. Inclusão, nesse contexto, implica o compromisso que a escola deve assumir de educar cada criança. Assim, a proposta de inclusão se propõe a contemplar a pedagogia da diversidade, ou seja, todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística (ROSA, 2006).

A autora retrata que esta proposta de educação para todos que insere o intérprete de língua de sinais na sala de aula, pretendendo, assim, garantir ao surdo a aquisição dos conteúdos escolares na sua própria língua.

A educação é o maior campo de trabalho remunerado para o intérprete de língua de sinais. Todos os entrevistados atuam na sala de aula, seja no Ensino Fundamental, curso pré-vestibular ou universidade. Apesar de sua atuação, nenhum deles soube definir com clareza o papel do intérprete na educação dos surdos. Entretanto, para entendermos a complexidade referente ao trabalho do ILS na sala de aula, é preciso, antes, que esteja claro qual o papel do professor na escola e na vida do aluno (ROSA, 2006, p. 85).

Barbosa (2007) salienta que no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, inúmeros alunos dentre eles, muitos surdos, começaram a ser incluídos em classes do ensino regular, aliás, até alunos com deficiências mais graves (deficiência mental severa, física e autismo) passaram também a receber apoio da União.

A autora afirma que a Declaração de Jontien, abrange em seus artigos contribuições relevantes para a eficácia do ensino-aprendizagem, como no Art.1º:

Essas necessidades básicas compreendem tanto os instrumentos essenciais para aprendizagem (a escrita e leitura, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto aos conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos, habilidades, valores e atitudes) (UNESCO, 1990, p.4).

Segundo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996).

No Brasil, Soares (2005, p. 24) define a alfabetização da seguinte forma:

O termo alfabetização designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita.

Mortatti (2010) descreve que a alfabetização é um processo de ensino e aprendizagem da escrita da língua materna, ou seja, a língua dita no país, é também considerada a fase inicial da escolarização, é complexa, pois envolve a especialização humana e de conhecimento do professor.

A autora ainda salienta como se deu a alfabetização no Brasil:

Nas décadas que antecederam a Proclamação da República brasileira, o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita começaram a se tornar objeto de preocupação de administradores públicos e intelectuais da Corte e de algumas províncias brasileiras, especialmente São Paulo. Entretanto, foi somente a partir da primeira década republicana, com as reformas da instrução pública, especialmente a paulista, que as práticas sociais de leitura e a escrita se tornaram práticas escolarizadas, ou seja, ensinadas e aprendidas em espaço público e submetidas à organização metódica, sistemática e intencional, porque consideradas estratégicas para a formação do cidadão e para o desenvolvimento político e social do país, de acordo com os ideais do regime republicano. A partir dos anos de 1930, com o processo de unificação, em nível federal, de iniciativas políticas em todas as esferas da vida social, a educação e, em particular, a alfabetização passaram a integrar políticas e ações dos governos estaduais como áreas estratégicas para a promoção e sustentação do desejado desenvolvimento nacional (MORTATTI, 2010, p.2).

Soares (2012) detalha que alfabetização seria a aprendizagem do sistema alfabético-ortográfico, e letramento, que seria a introdução da criança nos usos da leitura e escrita nas práticas sociais, como duas instâncias interdependentes, porém, separáveis para fins investigativos. A autora ainda sustenta o procedimento científico, distanciando-se do fenômeno, recortando dele uma parte e enfocando-a para compreensão.

O discurso sobre a alfabetização, em sua dimensão histórica, é praticamente inexistente no Brasil. Soares (1998), em pesquisa realizada para inventariar e sistematizar a produção acadêmica e científica sobre a alfabetização no Brasil no

período de 1954-1986 apresenta apenas uma investigação que possa se caracterizar como "pesquisa histórica": a dissertação de mestrado de Mary Júlia Dietzch, onde se analisa cartilhas utilizadas em São Paulo de 1930-1970, buscando verificar a ocorrência de mudanças de conteúdo e de apresentação gráfica. A autora considera ainda que:

É inegável a importância de investigar o processo de construção, ao longo do tempo, do saber sobre a alfabetização e do fazer alfabetização. No Brasil, desvendando as relações entre esse saber e esse fazer e o econômico, o político e o social, em cada momento histórico (SOARES, 1998, p.21).

Já para Ferreiro (1999, p.47) “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”. A autora defende que dentre todos os grupos populacionais a criança, é alfabetizada o saber que é diferente da alfabetização dos adultos, pois os adultos já chegam achando que o saber é intocável e intacto.

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a linguagem e a escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita (FERREIRO, 1999, p.23).

De acordo com Ferreiro (2000), tradicionalmente, as decisões a respeito da prática alfabetizadora tem-se centrado na polêmica sobre os métodos utilizados. Métodos analíticos contra os métodos sintéticos, fonéticos, contra global, entre outros.

Ferreiro (2000, p. 31) afirma ainda que “nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem”.

#### 4.2.1 A Libras



A Lei nº 10.436 da Língua Brasileira de Sinais (2002) A Lei nº 10.436 estabelece em seus artigos:

Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

O artigo primeiro reconhece a LIBRAS como meio de comunicação ou de expressão a ser utilizado pelas pessoas surdas, mas somente no parágrafo único do mesmo artigo, que lhe é conferida o status de uma língua, com recursos e estrutura gramatical própria. E a comunidade surda a qual pertence à maioria dos surdos que usam a LIBRAS, por preservarem uma cultura peculiar a sua língua e pela luta de seus direitos (BARBOSA, 2007).

Art.2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Barbosa (2007) afirma que esse artigo, garante a acessibilidade do uso da LIBRAS e de sua divulgação em todos os lugares públicos, como língua oficial das comunidades surdas do Brasil, permitindo ao aluno com surdez o seu uso frequente no ensino regular ou em qualquer escola que estude, seja especial ou não, conforme assegura referido o artigo.

Art.3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (BRASIL, 2002).

A Língua de Sinais Brasileira (Libras), segundo Oliveira (2011), é uma língua que coexiste no mesmo território da Língua Portuguesa. O contato entre essas duas línguas tem motivado a presença de elementos da língua portuguesa escrita nos sinais da Libras. Apesar da diferença de modalidades, uma língua espaço-visual, Libras, e um língua oral-auditiva, a interação dessas línguas tem favorecido a

presença de empréstimos do português na Libras. A autora ainda afirma que os sinais são compostos por cinco parâmetros: configuração de mão (CM), movimento (M), ponto de articulação (PA), orientação (O) e expressão facial (EF), sendo, os três primeiros, considerados os mais importantes (OLIVEIRA, 2011).

A datilologia é um sinal seguido da soletração manual, ou vice-versa. A digitação é muito usada nos momentos em que não há certeza de que o interlocutor tem conhecimento do sinal, ou o sinal não está lexicalizado na língua. (OLIVEIRA, 2011).

Veamos um alfabeto em datilologia:

**Figura 1 – Alfabeto em datilologia**



Fonte: OLIVEIRA (2011).

Oliveira (2011) afirma que os sinais datilológicos da Libras, vindos da língua portuguesa, geralmente, quando entram na língua receptora, apresentam as mesmas características de palavras das línguas orais-auditivas. Semelhantemente, alguns sinais emprestados do português para a Libras adaptam-se tão plenamente, que sua origem exógena é disfarçada e muitos falantes nativos podem não perceber sua verdadeira origem.

**Figura 2 – Numerais em Libras**



Fonte: OLIVEIRA (2011).

Segundo Dada (2009) introdução dos sinais da Matemática em libras, possibilitou que alguns estudantes pudessem responder com os sinais. Como a comunicação na escola entre professores e estudantes surdos, surdos parciais, acontecem muitas vezes de forma descritiva, é necessário que esses planejamentos contemplem sempre as diferenças linguísticas.

Barbosa (2007) descreve que a Lei nº1791 que institui o Dia Nacional do Surdo (BRASIL, 1999) a ser comemorado anualmente no dia 26 de setembro. A autora lembra que estas pessoas têm tido uma participação cada vez maior na sociedade, inclusive no mercado de trabalho.

Esse Projeto de Lei que regulamenta o Dia Nacional dos Surdos, a ser comemorado todo dia 26 de setembro de cada ano, tem com intuito preservar a cultura da comunidade surda e de sua participação na sociedade vigente. E, ainda relembrar a primeira escola que foi criada para surdos no Brasil, inclusive, no mesmo dia de setembro (BARBOSA, 2007).

### 4.3 Inclusão

Segundo a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, para que seja garantido as condições igualitárias (BRASIL, 2015). Os Arts. 27 e 28 descrevem sobre a inclusão de pessoas com deficiências na educação, assegurando o ensino e a aprendizagem desses indivíduos.

#### Art. 28:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
- VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
- VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
- VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;
- IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
- X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades

funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (BRASIL, 2015).

O desenvolvimento de uma educação inclusiva constitui, hoje em dia, um objetivo central dos diversos sistemas educativos da arena internacional e nacional por meio de suas Leis e políticas públicas.

A inclusão do sujeito surdo perante essas diretrizes:

Art.5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis (BRASIL, 2001).

A inclusão ainda é imposta e oferecida por lei, o termo inclusão é muito bonito, porém não se pode constatar que na prática o termo seja seguido firmemente, pois na vida real tudo é bem diferente. A teoria é boa não se pode duvidar, mas trazer a teoria para a prática é que se torna desafiador, várias leis que engradam a inclusão ao sistema educacional não deixam clara a importância da mesma, vejamos esse Decreto legislativo n-186/2008 no qual se lê: “Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena”(BRASIL,2008).

Para tanto, a unidade escolar necessita se organizar, com o objetivo de garantir os direitos humanos ao seu alunado, contribuindo para sua efetiva

aprendizagem e, concomitantemente, respeitando e adequando-se às suas necessidades educacionais especiais; independentemente de sua etnia, sexo, idade, condição social ou deficiência (BRASIL, 2000).

Parecer nº 13 deixa claro a obrigatoriedade dos sistemas educacionais de incluir esse aluno:

Em janeiro de 2008, a nova "Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva" da SEESP/MEC é publicada, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino. Essa Política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado - AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino (BRASIL, 2009).

Ao colocar uma semente sobre a terra, ela poderá ou não se desenvolver. Porém, adubando a terra, ajeitando a semente e regando o solo quando necessário, esta semente se desenvolverá e florescerá. Afinal, a flor está sempre dentro da semente. Basta ter-se o cuidado de fazê-la germinar (ROSA, 2005).

No referido parágrafo comparação a uma pessoa seja ela educando ou cidadão, sendo surda ou não. A concepção da inclusão abalou as estruturas dos paradigmas educacionais e social, por conta disso muitas pessoas se assustam perante algo novo. Assim é também com a inclusão envolvendo de forma simultânea. Tornando algumas vezes choque com coragem de um desafio, na qual não se pode recusar ou ignorar.

Deve haver a troca de interação na inclusão aceitando o indivíduo assim como ele é respeitando suas trocas e vivências sociais diferenças culturais e linguísticas. Os elementos relacionados a interação envolvendo a inclusão deve ser um fenômeno pleno, incluindo a troca entre esses fenômenos se não tiver não se pode dizer que houve a interação.

Segundo Rosa (2005), ninguém é igual a ninguém; todos são diferentes uns dos outros e, na maior parte das vezes, não pertencentes ao modelo ideal de ser humano fabricado pela sociedade. São as diversidades que move o mundo,

devemos ser a mutação constante que proporciona a certeza de um aprendizado essencial e interminável aos seres.

Sendo assim, os alunos surdos devem estudar em classe regular presentes nas escolas inclusivas. Pensa-se que inclusão é sinônimo de colocar, porém, não basta inserir um ser em um ambiente é preciso moldar refazer esse ambiente, para que o indivíduo sintá-se parte de um todo (ROSA, 2005).

Entende-se que a inclusão é proposta para levar a prática o que a constituição (BRASIL, 1988) coloca como igualdade em todos os contextos socioeducacional. Faz-se necessário, pois por mais que a ideia seja plena, a mesma igualdade pode diferenciar.

Moura (2000) esclarece que atualmente o INES defende a filosofia do Bilinguismo, que pressupõe a utilização de duas línguas pelo surdo: a Língua de Sinais ou a LIBRAS, como sendo sua primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa sua segunda língua (L2). Esta filosofia é composta de uma singular cultura, específica da “comunidade surda” que defende a todo custo sua língua e a Língua Portuguesa, que o aproxima da normalidade e, portanto, fica em segundo plano para os surdos.

#### 4.3.1 Políticas públicas para a criança surda

A Lei 10.098/2000 refere-se à acessibilidade (BRASIL, 2000) onde estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Segundo Santos (2000) com a publicação da Lei no 13.146, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), foram incluídos conceitos emergentes acerca da pessoa com deficiência, como desenho universal e tecnologia assertiva ou ajuda técnica.

Tojal ((*apud* CARDOSO; CUTY, 2014) afirma que no contexto da inclusão social, a acessibilidade é abordada para permitir que as pessoas com limitações sensoriais possam ter acesso a bens culturais. Para tanto, faz-se necessária a implementação de estratégias de mediação para ampliar o uso dos canais de

percepção não somente verbal (oral e escrita), mas de forma interativa e experimental.

Constata-se, ainda, a ampliação do conceito de acessibilidade na referida redação, ao incluir a possibilidade de utilização em “transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias” na zona urbana e rural (CIANTELLI; LEITE, 2016, p. 421).

Em 03 de agosto a Norma ABNT-NBR-9050 que trata sobre Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

Vejamos algumas imagens voltadas à temática:

**Quadro 2 - Acessibilidades**

|   |   |  |
|---|---|--|
|  | <b>Sinal de Inclusão</b>                        | Símbolo utilizado para demonstrar que texto ou vídeo pode ser interpretado em libras.  |
|  | <b>Símbolo da língua de sinais</b>              | Segundo Fernandes (2019) indica que o evento, palestra, filme ou visita guiada conta com intérprete de Língua de Sinais.                     |
|  | <b>Símbolo Telebobina (aro magnético)</b>       | Essa figura representa que o local é instalado um sistema aro magnético, utilizado para ampara aos deficientes auditivos. (MELLO, 2019).     |
|  | <b>Símbolo de Sistemas de Audição Assistida</b> | Esse símbolo significa que é um aparelho auditivo, utilizado para escuta, havendo microfone nele para amplificar o que ouve. (SANTOS, 2020). |

Fonte: Organizado pela autora (2021).



Atualmente tem-se pensado o trabalho do intérprete de língua de sinais como um direito conquistado pelos próprios surdos de compreenderem e serem compreendidos pela comunidade ouvinte ou como resultado dos movimentos das comunidades surdas frente à sua educação.

## 5 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de referencial bibliográfico, com base no objetivo geral, o qual prospectou as discussões em relação do surdo no ensino regular: possibilidades metodológicas para uma alfabetização favorável ao desenvolvimento do ensino aprendizagem, com utilização do Estado da Arte como encaminhamento da investigação sobre o tema.

Metodologia qualitativa descritiva teve como objetivo principal descrever características sobre a temática a simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação (GIL, 2008).

### 5.1 Pesquisa Bibliográfica

Na pesquisa bibliográfica, utilizamos como método o “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, segundo Lakatos e Marconi (1999) a pesquisa bibliográfica busca proporcionar embasamento teórico do assunto, por meio de fontes virtuais de *sites acadêmico*, como teses, dissertações e monografias e artigos periódicos, os quais foram pesquisados na EST, IES, REVELLI, UAB, UFPR, UFVJM, UFVSF UFES, UNESP, UFSCar, PUC – SP, entre outras, nas quais as buscas foram realizadas nos períodos entre 20 de novembro de 2020 a 01 de março de 2021.

Assim, o estado da arte foi organizado por meio de tabela contendo numeração dos artigos, títulos, autor (a) e instituição, diante disso foi realizado um breve resumo dos artigos pesquisado.

Inicialmente a pesquisa teve como objetivo compreender os desafios que o professor, dos anos iniciais, enfrenta e as possíveis metodologias que pode ser desenvolvida para incluir o aluno surdo da fase de alfabetização no Ensino Regular. A pesquisa bibliográfica está baseada nas principais ideias teóricas de pesquisadores e educadores como: Moura (2000), Golfeld (1997) e Mazzota (2001), no Brasil podem enfatizar Ferreiro (1996) e Soares (2005), dentre tantas Leis que abordam o tema do direito de inclusão desse indivíduo.

Lakatos e Marconi (1999) salientam que a pesquisa bibliográfica tem como utilidade de guiar o pesquisador a tudo que já foi dito, lido e escrito, desse modo

Ruiz (2009) *apud* Minussi *et al.* (2018, p. 57) citam que “qualquer gênero de pesquisa, em qualquer área, considera e exige pesquisa bibliográfica preliminar, tendo atividade exploratória para fundamentar os objetivos e contribuições da própria pesquisa”.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordou-se nesse trabalho as principais características encontradas nessa monografia. O mesmo foi introduzido com o estudo do estado da arte, onde foram pesquisados dez artigos diferentes, após isso foram separados por autores, tema, data e título, sendo o primeiro capítulo dessa monografia, após isso houve a descrição de um a um sobre o que se trata. O segundo capítulo tratou da História da alfabetização de surdos, trata-se nada mais sobre onde tudo começou, qual é a realidade realmente desses indivíduos, para somente depois de conhecer ter o seu lugar de fala e começar a escrever sobre esse público alvo. Após conhecer e descrever sobre, anexou-se imagens relacionadas ao tema, também descritas uma a uma e sua importância, são figuras de suma importância para os surdos.

Já no terceiro capítulo foi tratado da inclusão de surdos, como isso acontece? É possível que haja a inclusão? Faz-se necessário obter a inclusão no ensino regular? Tem lei que favoreça esse público? Essas e outras possíveis perguntas foram respondidas ao longo do trabalho. Compreendeu-se que professores têm sim que se adaptem ao aluno com dificuldades, tornando suas aulas e metodologias de fácil acesso para todos.

Conforme a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, para que seja garantido as condições igualitárias (BRASIL, 2015) fica explícito.

Sendo assim os alunos surdos devem estudar em classe regular presentes nas escolas inclusivas. Pensa-se que inclusão é sinônimo de colocar, porém, não basta inserir um ser em um ambiente é preciso moldar refazer esse ambiente, para que o indivíduo sintam-se parte de um todo (ROSA, 2005).

Por fim, a metodologia utilizada foi a qualitativa descritiva bibliográfica, sendo qualitativa os dados coletados são por meio das bases de dados.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos obtidos nessa monografia podemos compreender que é possível o professor incluir o aluno com dificuldades através de uma adaptação ao ensino regular. A lei 13.146 de 06 de julho de 2015 institui a lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e deixa específico que é de suma importância e se faz necessário a implementação desses alunos na sala regular. Os objetivos gerais e específicos acima descritos, foram respondidos ao decorrer da pesquisa com base nos dados pesquisados e coletados, ou seja, é totalmente viável que alunos surdos tenham um professor especificamente para eles a qual o nome é dado de Tradutor interprete de línguas de sinais (TILS).

Essa pesquisa foi concluída com as seguintes perspectivas, o aluno surdo tem direitos a serem seguidos e conquistados a lei está do seu lado, e em relação ao professor regente do ensino regular é totalmente aceitável e de fácil adaptação. Professores regentes do ensino regular podem e devem se integrar a assuntos relacionados a alunos com dificuldades.

Por fim, finaliza-se e concretiza-se mais um sonho, realizar essa pesquisa foi fundamental na minha jornada, pois foi desejada desde o princípio, quando antes mesmo de ingressar na faculdade já havia cogitado a possibilidade no curso de formação de docente, onde tive uma professora muito querida chamada Josiane Bueno na qual foi primordial na escolha desse tema. Após ser discente dela na disciplina de LIBRAS, a partir daí nasceu a paixão pelo tema.

## REFERÊNCIAS

BOMFIM, Duanne Antunes. **O processo de alfabetização de surdos nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise sob a perspectiva de professores.** 183 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

BRASIL. **Decreto legislativo Nº 186/2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/congresso/DLG186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/DLG186-2008.htm). Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº1.791 de 1999.** Institui o Dia Nacional dos Surdos. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=BRASIL%2C+Lei+n%C2%B01.791%2C+que+institui+o+Dia+Nacional+dos+Surdos+\(1999\).+Dispon%C3%ADvel+em%3A+.Acesso+em%3A+MAR%2F2021.&aq=BRASIL%2C+Lei+n%C2%B01.791%2C+que+institui+o+Dia+Nacional+dos+Surdos+\(1999\).+Dispon%C3%ADvel+em%3A+.Acesso+em%3A+MAR%2F2021.&aqs=chrome..69i57.11210j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=BRASIL%2C+Lei+n%C2%B01.791%2C+que+institui+o+Dia+Nacional+dos+Surdos+(1999).+Dispon%C3%ADvel+em%3A+.Acesso+em%3A+MAR%2F2021.&aq=BRASIL%2C+Lei+n%C2%B01.791%2C+que+institui+o+Dia+Nacional+dos+Surdos+(1999).+Dispon%C3%ADvel+em%3A+.Acesso+em%3A+MAR%2F2021.&aqs=chrome..69i57.11210j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.145, de 06 de julho de 2015. Denomina "Rodovia Governador Alberto Silva" o trecho da rodovia BR-343 compreendido entre as localidades de Luís Correia e Bertolândia, no Estado do Piauí. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 2, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=07/07/2015>. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, art.24 do decreto nº 3.298/99 - Lei nº 7.853/89.** Dispõem a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino, e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=+BRASIL%2C+Minist%C3%A9rio+da+Educa%C3%A7%C3%A3o.+Secretaria+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Especial.+Saberes+e+pr%C3%A1ticas+para+inclus%C3%A3o%3A+estrat%C3%A9gias+para+alunos+com+necessidades+educacionais+especiais.+%282000%29+Bras%C3%ADlia%3A+2000.+&btnG](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=+BRASIL%2C+Minist%C3%A9rio+da+Educa%C3%A7%C3%A3o.+Secretaria+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Especial.+Saberes+e+pr%C3%A1ticas+para+inclus%C3%A3o%3A+estrat%C3%A9gias+para+alunos+com+necessidades+educacionais+especiais.+%282000%29+Bras%C3%ADlia%3A+2000.+&btnG). Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas para inclusão**: estratégias para alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe que o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil." Disponível em: [. Acesso em: 01 abr. 2021.](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=BRASIL%2C+Minist%3%A9rio+da+Educa%3%A7%C3%A3o.+Secretaria+de+Educa%3%A7%C3%A3o+Especial.+%E2%80%9CLei+Federal+n%2BA+10.436+no+dia+24+de+abril+de+2002+pelo+Presidente+da+Rep%3BABlica+Fernando+Henrique+Cardoso%2C+reconhecendo+a+L%3ADngua+Brasileira+de+Sinais+%28LIBRAS%29+como+forma+de+comunica%3%A7%C3%A3o+e+express%3%A3o%2C+em+que+o+sistema+ling%3BC%3ADstico+d+e+natureza+visual-motora%2C+com+estrutura+gramatical+pr%3B3pria%2C+constitui+um+sistema+ling%3BC%3ADstico+de+transmiss%3%A3o+de+id%3%A9ias+e+fatos%2C+oriundos+de+comunidades+de+pessoas+surdas+do+Brasil.%E2%80%9D+Dispon%3ADvel+em%3A+.+Acesso+em%3A+ABRIL%2F2021.+&btnG=)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**: a fundamentação filosófica. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Parecer nº13 da CNE**. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: [http://www.ampid.org.br/MocaoApoio\\_CNE\\_2008.php#parecer](http://www.ampid.org.br/MocaoApoio_CNE_2008.php#parecer). Acesso em: 02 mar. 2021.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set., 2016.

CONCEIÇÃO, Bianca Salles; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Educação bilíngue de surdos e a possível contribuição da formação em pedagogia: desafios atuais. **Periferia**, v. 8, n. 2, p. 66-91, 2016.

DADA, Zanúbia. **Matemática em Libras**. Campo Grande: CAS/SED/MS, 2009.

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linhas de Ação: sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: Corde, 1994.

DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. **Os tradutores na história**. São Paulo: Ática, 2003.

FENEIS. Federação Nacional de Integração do Surdo. **Curso avançado: teoria**. São Paulo: FENEIS, 2001.

FERNANDES, Fernanda Santos. Diversidade na Perda Auditiva. **Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, v. 4, n. 2, p. 318-336, 2019.

FERNANDES, Sueli de Fátima. **Educação bilíngue para surdos**: identidades, diferenças, contradições e mistérios. Tese (Doutorado). UFPR. 2003.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, Emilia. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. v.2.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSK, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GRANDO, Roziane Keila; SILVA, MichellyRutte Ramos da. O processo de alfabetizar e letrar o aluno surdo. **REVELLI-Revista de Educação, Linguagem e Literatura**, v. 9, n. 2, p. 110-127, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

MELLO, Anahí Guedes de *et al.* **Olhar,(não) ouvir, escrever**: uma autoetnografia ciborgue. [S.l.]: [s.n.], 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 329-341, 2010.

MOURA, Maria Cecilia. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.



OLIVEIRA, Maria de Fátima do Nascimento. **Alfabetização da criança surda no ensino fundamental numa perspectiva bilíngüe**. 47 f. monografia (Especialização em desenvolvimento Humano, educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2011.

RODRIGUES, Edna Gutierrez; GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p. 229-243, 2017.

ROSA, Andréa da Silva. Tradutor ou Professor? Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo. **Ponto de Vista revista de educação e processos inclusivos**, 8:75-95, 2006.

ROSA, Emiliana Faria. **Lecionando para ouvintes**: desafios de uma professora surda. Monografia apresentada na Especialização em Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: UCAM, 2005.

SANTOS, Sylvana Karla da Silva Lemos. Usuários surdos e acessibilidade em bibliotecas: uma revisão da literatura científica brasileira. **Rev. Inf. Inf.**, Londrina, v.25, n.2, p.258-276,abr./jun. 2020. Disponível em:<http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SENA, Terezinha de Jesus Martins de; SILVA, Maria Rita Paula de. A inclusão do aluno surdo no ensino regular. **Protestantismo em Revista**, v. 37, p. 120-139, 2015.

SILVA, Dominique Galdino; DEL-MASSO, Maria Candida Soares; LOPES, Andréia de Carvalho. O processo de alfabetização de surdos a partir de uma abordagem bilíngüe: desafios para aprendizagem da Língua Portuguesa. **InFor**, v. 4, n. 1, p. 113-142, 2018.

SILVA, Mariza Vieira da. **História da alfabetização no Brasil**: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização. [S.l.]: [s.n.], [20--].

SILVEIRA, Joseane Novaes da. **Inclusão de alunos surdos no ensino regular**. [S.l.]: [s.n.], 2014.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: caderno do professor. Belo Horizonte:Ceale, 2005.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SOARES, Maria Aparecida Leite. O aluno surdo no ensino regular e a escolaridade obrigatória. **Revista de Educação PUC-Campinas**, ano 16, 2012.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **O aluno surdo no ensino regular e escolaridade obrigatória**. 267f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1998. Disponível em:

<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270692>. Acesso em: 01 fev. 2021.

TOJAL, A. P. F. Comunicação museológica e ação educativa inclusiva: mudança de paradigmas. *In*: CARDOSO, E.; CUTY, J. (Org.). **Acessibilidade em Ambientes Culturais**: relatos de experiências. Porto Alegre: Marcavisual, p. 14-33, 2014.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos**: plano para satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem. Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <http://novo.revista.uepb.edu.br/index.php/REIN/article/view/214>. Acesso em: 11 fev. 2021.